

Para Galvões expurgo será abrangente

serão expurgados
entes e que deve
a correção mo

"A rigor tudo é expurgado", disse o ministro, ao ser indagado se a correção cambial também será expurgada. Com isso, a Resolução nº 802, que equipara as correções monetária e cambial e a inflação, "sofrerá algumas alterações para um ajustamento". Para isso, contudo, não será necessária a convocação da Conselho Monetário Nacional, se

Ele confirmou que depois do expurgo, serão aplicadas de "forma esporádica, sempre que necessário", as acidentalidades. O ministro foi genérico sobre isenção de Imposto de Renda sobre os juros das cadernetas de poupança acima de duas mil UPC (Cr\$ 7,2 milhões), dizendo que isso talvez não seja necessário, porque o expurgo na correção monetária não vai afetar a poupança. Além disso, explicou o ministro, 90% das cadernetas já estão isentas dos juros pagos devido à inflação de duas mil UPC.

Os juros vão baixar depois da divulgação dos expurgos, garantiu Galvães. Ele disse que o sistema financeiro está vivendo um momento de transição em função da expectativa do pacote e de inflação alta, mas que será feito um ajustamento e, com isso, "os juros realmente vão cair".

Quanto aos contatos com os economistas de bancos internacionais que se encontram em Brasília, o ministro da Fazenda explicou que não vai abrir as contas do País para eles. "Vamos dar as informações que a gente tem e não as

informações que sempre dantes, nos trouxemos para integrá-los um pouco mais aqui, no conhecimento com as pessoas". Galvēas negou enfaticamente que já exista novo plano de renegociação da dívida externa brasileira, mas confirmou que entre os banqueiros "existe preocupação de que começem a produzir efeito as medidas contra a inflação, mas isso não é exigência deles, é exigência nossa". O ministro admitiu que realmente está demorando a queda da inflação.

Galvēas procurou também tranquilizar o mercado, garantindo que não existe o objetivo do governo de retirar o máximo de ORTN cambial em troca de maior venda de LTN (Letra do Tesouro Nacional), de curto prazo. Segundo Galvēas, o que o governo quer fazer é usar o open market como instrumento de política monetária, ou seja, vender papel sempre que preciso.

4% sobre os ganhos obtidos por pessoas físicas e jurídicas nas operações de open market. Os ganhos auferidos em operações a preço fixo estarão sujeitos à incidência de Imposto de Renda, quando realizados a prazo inferior a 90 dias.